

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 995.918 - SP (2016/0264579-9)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
AGRAVANTE : HELENA DE FATIMA SOUZA
ADVOGADO : MARTA DE FÁTIMA MELO - SP186582
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Agravo em Recurso Especial de **HELENA DE FÁTIMA SOUZA** (fls. 215/227e e 228/240e), objetivando a reforma da decisão de inadmissão do recurso interposto perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do referido *codex*, combinado com o art. 253, I, do Regimento Interno desta Corte, incumbe ao Relator não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Observo que a Lei n. 9.800/1999 permitiu a utilização de sistema de transmissão de dados (*fac-símile*) para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita.

Entretanto, a prática do ato processual pelo apontado meio não releva a necessidade de observância dos prazos processuais, impondo à parte, ainda, o ônus de apresentar os originais em juízo no prazo de 5 (cinco) dias, contados, de modo contínuo (inicia-se imediatamente, independente de haver ou não expediente forense), do termo final daquele estabelecido para a prática do ato processual (art. 2º), sendo inadmitida a contagem em dobro prevista no art. 229, *caput*, do mencionado estatuto processual de 2015.

Importante mencionar, também, ser de responsabilidade daquele que se utilizou do sistema previsto na Lei n. 9.800/1999, tanto a qualidade e fidelidade do

material transmitido, quanto a identidade de conteúdo entre o remetido via *fac-símile* e os originais apresentados em juízo (art. 4º).

Nesse sentido, os precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DO APELO NOBRE VIA FAC-SÍMILE. ORIGINAIS NÃO JUNTADOS. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(...)

2. Consoante certificado às fls. 158, o acórdão foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico de 15.12.2011 (quinta-feira), considerado publicado no dia 16.12.2011 (sexta-feira). Iniciado o decurso do prazo legal no primeiro dia útil subsequente, 19.12.2011 (segunda-feira), o prazo findou-se em 23.1.2012 (segunda-feira), tendo em vista o recesso forense. O Recurso Especial, todavia, só foi protocolizado, no Tribunal a quo, em 24.1.2012 (segunda-feira).

3. Segundo o art. 4º. da Lei 9.800/1999, quem fizer uso de sistema de transmissão torna-se responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido, e por sua entrega ao órgão judiciário. Ainda que se considere tempestiva a apresentação do recurso via fax, o fato é que não houve a juntada dos originais, sendo certo que a petição de fls. 166/169 é mera cópia ilegível do fax anterior.

4. Em que pese aos argumentos lançados pelo ora agravante, deveria ter comprovado a falha no sistema de transmissão de documentos do Tribunal de origem no momento da interposição do recurso.

5. Compete ao recorrente comprovar, mediante documento oficial, o fato excludente da intempestividade recursal, como a ocorrência, por exemplo, de feriado local, ponto facultativo ou recesso forense, dentre outros motivos, no momento de interposição (AgRg no AREsp 156.446/DF, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 4.10.2013; EDcl no Ag 1.355.345/PR, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 3.4.2012; AgRg no AREsp 62.077/BA, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 14.12.2011).

6. Agravo Regimental do Particular a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 245.645/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2019, REPDJe 26/02/2019, DJe 25/02/2019).

AGRAVO INTERNO. ADMINISTRATIVO. CONTAGEM DE TEMPO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO. ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.

I - Mediante análise dos autos, verifica-se que a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 13/02/2014, sendo o recurso especial interposto por meio de *fac-símile* em 28/02/2014, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 508 do Código de Processo Civil de

1973.

II - A versão original da peça interposta por fac-símile, foi protocolizada fora do prazo de cinco dias previsto no art. 2.º da Lei n.º 9.800/99.

III - O prazo para apresentação dos originais é contínuo, não ocorrendo sua suspensão aos sábados, domingos, feriados ou recessos forenses, segundo a firme orientação desta Corte. Nesse sentido: EDcl no AgRg no ARE no RE nos EDcl na RCDESP no RMS 29.907/PA, Corte Especial, Rel. Min. Gilson Dipp, DJe de 9/4/2013.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 1.272.071/GO, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019).

Ademais, consoante o art. 219 combinado com o art. 1.003, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015, não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Com efeito, a decisão monocrática foi disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 05.04.2016, terça-feira, considerando-se publicada no primeiro dia útil seguinte, qual seja, 06.04.2016, quarta-feira (fl. 214e).

Iniciada a contagem do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis em 07.04.2016, quinta-feira, conforme previsto no art. 219 do referido *codex* de 2015, seu termo final ocorreu em 28.04.2016, quinta-feira, tendo o recurso sido interposto via *fac-símile* apenas em 29.04.2016, sexta-feira (fls. 215/227e).

Assim, evidente a intempestividade do Agravo em Recurso Especial, porquanto interposto após o apontado prazo, previsto no art. 1.003, § 5º, do mencionado estatuto processual de 2015.

No que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos Enunciados Administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais,

em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais, deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10 do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO n. 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

In casu, impossibilitada a majoração de honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, porquanto não houve anterior fixação de verba honorária.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 253, I, do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Agravo em Recurso Especial, porquanto manifestamente inadmissível.

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora